Grupo de Trabalho 03 – Análise de Políticas Públicas

Desenvolvimento Municipal: Um Estudo do Sistema Arrecadatório e de Transferências Intergovernamentais no Período de 2006 A 2013

Leandro André Cardoso de Souza – UFES - Brasil

Robson Zuccolotto – UFES - Brasil

Luiz Cláudio Louzada – UFES - Brasil

Resumo: Esse estudo tem como objetivo verificar de que maneira a arrecadação de competência municipal e as transferências constitucionais afetam o desenvolvimento local. Para tanto foram analisados 4446 municípios do Brasilno período de 2006 a 2013. Dessa forma, foi utilizado como variável dependente o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, como variáveisindependentesastransferências incondicionais e o Indicador de ArrecadaçãoPrópria, estes formulados a partir dos impostos sobre serviços, dos impostos de transm*iss*ão onerosa de bens imóveis, dos impostos de propriedade territorial urbana, das taxas e das transferências estaduais e federais. Os dados foram trabalhadosem*per capita* para melhor entender a necessidade local. Como resultado foi demonstradoa importância da receita própria aos municípios. Outro ponto relevando foi a indicação de que os sistemas de transferências constitucionais não trazem efeitos acentuados para o desenvolvimento municipal.

Palavras-chave:federalismo**;** municípios; desenvolvimento local; arrecadação própria; transferências constitucionais.

1. Introdução

Desde a República, o Brasil optou pela forma de estado federativo para tentar promover a distribuição mais equânime de poder entre as regiões (Pacheco, 2015). Com a Constituição de 1988, os municípios foram reconhecidos como membros da federação em pé de igualdade com os Estados no que diz respeito a direitos e deveres ditados pelo regime federativo (REZENDE, 2001). Essa repartição de competências outorgou aos municípios diversas funções na alocação dos recursos públicos, mas essas obrigações não foram devidamente compensadas com o crescimento de suas receitas causando uma

dependência financeira dos municípios brasileiros, principalmente, por parte da União (MASSARDI, 2014).

Segundo Rezende et al. (2014) a estrutura federativa brasileira é historicamente marcada por desequilíbrios de poder entre a esfera central e os governos subnacionais, com clara prevalência da União frente aos demais entes. Conforme (Brose, 2014), a descentralização é parcial, na forma que a União concentra grande parte dos recursos e do poder decisório, de maneira que os demais entes federativos, sobretudo os municípios, fiquem submissos aos repasses e as alterações nas políticas nacionais promovidas pelo governo federal.

As transferências fiscais dos Estados e da União representam um recurso relevante para o equilíbrio das finanças públicas dos entes municipais (GONÇALVES, 2013). A Constituição Federal, por meio da regulamentação da arrecadação própria dos municípios, trouxe um aumento potencial da base arrecadatória dos entes, mas trouxe, também, a ampliação dos deveres desses mesmos entes (OZAKI; BIDERMAN, 2004).

Diante do quadro descrito, os estudos sobre Federalismo Fiscal no Brasil têm crescido desde a redemocratização, sendo que o foco de análise desse campo está na forma como os entes de uma federação se organizam para melhorar a arrecadação de recursos e, desta forma, prover uma melhor oferta dos bens e serviços demandados pela população. Todavia, a teoria associada ao Federalismo Fiscal não se prende somente à melhor alocação de recursos e oferta de bens e serviços públicos, mas também à distribuição de renda e ao crescimento econômico.

Nesse sentido, o estudo de(Massardi; Abrantes, 2015) apontaram para existência de correlação negativa entre desenvolvimento e arrecadação, indicando que os entes com maior arrecadação própria possuiriam maior potencial de desenvolvimento. Essa relação, entretanto, pode ser pensada de forma oposta, ou seja, municípios mais desenvolvidos deveriam ser menos dependentes de recursos do ente central, visto que essa é a lógica redistributiva que fundamenta a redistribuição de recursos no federalismo fiscal.

Além do estudo supracitado, autores como Caetano; Avila; Tavares (2017) observaram que municípios mais autônomos do ponto de vista fiscal apresentaram um maior desenvolvimento econômico do que os menos autônomos, incorrendo no mesmo problema do estudo de(Massardi; Abrantes, 2015), ou seja, a mera existência de correlação

não explica em que medida o desenvolvimento de um ente é explicado pela arrecadação própria e em que grau o desenvolvimento é explicado pelas transferências.

O estudo de Suzart; Zuccolotto; Rocha (2018), buscou compreender se as transferências, devido ao seu caráter redistributivo, explicaria em algum grau o desenvolvimento humano dos entes subnacionais, concluindo que as transferências fiscais contribuem para melhorar a desenvolvimento humano dos municípios, mas em alguns estratos populacionais esse efeito não foi verificado.

Assim, devido a alguns problemas metodológicos encontrados nos trabalhos apontados, que além de analisaram apenas um ano se valeram de técnicas de correlação, e das inconsistências entre alguns resultados, esse trabalho se propõe a investigar o seguinte problema de pesquisa:Como as receitas próprias e as transferências constitucionais afetam o desenvolvimento municipal?

O objetivo geral deste trabalho é: Descrever a relação em que as receitas tributárias próprias e as transferências incondicionais impactam no desenvolvimento municipal.

Este trabalho possui ainda como objetivos específicos:

a) Determinar como uma maior participação das receitas próprias influência o desenvolvimento municipal.

b) Identificar em que nível as transferências incondicionais se relacionam com o desenvolvimento do município.

A importância deste estudo reside no fato de que um diagnóstico da composição das receitas dos municípios do Brasil faz-se fundamental para aportar conhecimentos que possam ser úteis ao planejamento de forma a se alcançar um desenvolvimento continuado.

Dessa forma, como um estudo empírico, esse trabalho busca relacionar indicadores nas receitas próprias tributárias e nas transferências recebidas com índices de desenvolvimento municipal a fim de comparar os municípios brasileiros.

2. Fundamentação Teórica

Estudos comprovam que um elevado grau de transferências induz à ineficiência na arrecadação ou a aumento desproporcional de gastos (ORAIR; ALENCAR, 2010). Dessa forma, se cria uma necessidade permanente de recursos externos, causando não só uma dependência financeira, mas também um atrelamento político(MENDES; MIRANDA; COSSÍO, 2008).

Além disso, há um desestímulo ao crescimento de arrecadação própria em que se opta pela via mais cômoda das transferências que se fundamentam, em grande medida, na arrecadação de tributos menos visíveis dos outros entes da federação (ORAIR; ALENCAR, 2010).

Resende (2006) questiona os benefícios no longo prazo para a manutenção de um federalismo cooperativo, modelo que utiliza critérios redistributivos nas transferências de recursos entre os entes subnacionais, uma vez que a transferência de recursos das localidades mais ricas para os mais pobres poderia estar fomentando incentivos equivocados, o que comprometeria a economia nacional.

Além disso, estudos como Weingast(2009) eWeingast(2014) apontam que governos financeiramente mais dependentes de transferências estão sujeitos a maiores níveis de corrupção, influência de grupos de pressão e a uma alocação mais ineficiente de recursos.

Por outro lado, uma descentralização em nível local melhora a eficiência e a eficácia na produção de serviços públicos coma aproximação das preferências dos cidadãos local (COSSÍO, 2000). Ainda nessa concepção, ocorre um maior controle no que se refere à gestão pública por parte da população, o que faz com que as esferas inferiores de governo sejam, preferencialmente, mais responsáveis na alocação dos recursos (NAZARETH; LÍRIO, 2016).

Em seu trabalho Massari; Abrantes (2015) buscaram uma correlação entre o desenvolvimento e da dependência das transferências constitucionais. Os resultados dessa correlação demonstraram que os municípios que apresentavam maior desenvolvimento socioeconômico também possuíam uma menor dependência do Fundo de Participação Municipal. Já em Caetano; Avila; Tavares (2017) constatou-se que o desenvolvimento econômico local pode estar concatenado a uma maior autonomia financeira do município.

3. Metodologia

O presente trabalho caracteriza-se como pesquisa aplicada com abordagem quantitativa, apoiada em procedimentos estatísticos e interpretativos*ex-post-facto*. A origem dos dados é documental e sua coleta foi feita através da internet, com corte longitudinal, descrevendo seus comportamentos e realizando correlações estatísticas entre elas.

A análise realizada baseou-se em um painel de dados utilizando como base a totalidade dos municípios brasileiros, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), as receitas tributárias próprias (Imposto sobre Serviços, Imposto Predial Territorial Urbano e Imposto de Transmissão onerosa de Bens Imóveis) e as transferências constitucionais incondicionais (FPM e Cota parte do ICMS) devidos aos municípios no período de 2006 a 2013. A escolha desse período se foi realizada conforme a disponibilidade dos dados. Além disso, estão excluídas nesse computo as receitas correntes patrimoniais e de serviços, as transferências voluntárias correntes e de capital recebidas pelos municípios.

Os critérios para se mensurar a eficiência das políticas públicas são medidas indiretas, ou seja, são construtos que devem ser operacionalizados por medidas diretas com o uso de indicadores (FREGA, 2005). O Índice Firjan utilizado nesse trabalho serve como esse instrumento de avaliação, por sua comparatividade longitudinal e vertical. As dimensões da educação, da saúde e do emprego & renda estão sendo avaliadas, assim, espera-se observar o efeito sobre o cidadão da gestão dos recursos providos pela unidade federativa de nível local.

Outras variáveis importantes para o modelo são: PIB, se o município está localizado em região metropolitana, se está é a capital do Estado, e sua população.

Insta frisar que esse estudo se optou em trabalhar com dados *per capita*e não em valores brutos, o que é importante para poder capturar a realidade em termos da variação da população ao longo do tempo e, logicamente, a demanda proporcional pelo número de habitantes. Trabalhar com dados *per capita*tambémé importante para o momento da análise, pois os conceitos trarão o panorama da redistribuição de recursos proporcionando o melhor entendimento o perfil do ente estudado (OLIVEIRA, 2016). Os dados populacionais foram coletados conforme as projeções anuaisrealizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE disponível para consulta em seu sítio.

Além disso, que todos os valores foram corrigidos a preços correntes para que cada ano seja avaliado aos preços desse mesmo ano.

Quadro 1- Descrição das Variáveis

Variável	Tipo	Sinal esperado	Descrição	Referência
PIB	Contínua	+	Produto Interno Bruto do Município	(FREGA, 2005)
Capital	Categórica	+	Assume valor 1 para capitais e 0 caso contrário	(STN, 2012)
Metropolitana	Categórica	-	Assume valor 1 para municípios de região metropolitana (exclusive capitais) e 0 caso contrário	(MENDES, 1994)
Rec. Trans.	Contínua	+	Valor recebido a titulo de transferências constitucionais	(NAZARETH, 2007; (TRISTÃO, 2003)
IAP	Contínua	+	Arrecadação própria sobre a arrecadação total	(MENDES, 1994)
Centro-oeste	Categórica	+	Assume valor 1 para municípios na Centro-oeste e 0 caso contrário	(MENDES; MIRANDA; CÓSIO, 2008)
Sul	Categórica	+	Assume valor 1 para municípios na Região Sul e 0 caso contrário	(MENDES; MIRANDA; CÓSIO, 2008)
Norte	Categórica	-	Assume valor 1 para municípios na Região Norte e 0 caso contrário	(MENDES; MIRANDA; CÓSIO, 2008)
Nordeste	Categórica	-	Assume valor 1 para municípios na Região Nordeste e 0 caso contrário	(MENDES; MIRANDA; CÓSIO, 2008)
Sudeste	Categórica	+	Assume valor 1 para municípios na Região Sudeste e 0 caso contrário	(MENDES; MIRANDA; CÓSIO, 2008)
Estrato População	Categórica	-/+	Estratifica os municípios por sua população em quartil	(MENDES, 1994); (MENDES; MIRANDA; CÓSIO, 2008)

Fonte: Elaboração própria

Para fins de pesquisa foram escolhidos como fonte os dados fornecidos pelos municípios à Secretaria do Tesouro Nacional, no sítio do IBGE e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. A princípio foram coletadas informações referentesà totalidade dos municípios brasileiros, excluindo apenas Brasília devido suas peculiaridades tributárias.

A amostra se iniciou com 5.560 municípios e após a exclusão dos dados faltantes, restaram 4.446 municípios totalizando uma amostra final de 240.084 observações.

Modelos Econométricos

A busca de um modelo para avaliar as políticas públicas paraa fim de medir a eficácia da aplicação de recursos é efetuada por meio da análise das receitas disponíveis aos gestores públicos e a variação o Índice de Desenvolvimento Municipal.

Para testar esses impactos foi utilizado o modelo de regressão múltipla.

Dessa forma organizaram-se as seguintes hipóteses:

H_1: Uma maior proporção entre a arrecadação própria em relação às receitas totais melhora o desenvolvimento da municipalidade.

$$IFDM_{it} = \beta_0 + \beta_1 IAP_{it} + \beta_2 PIB_{it} + D_3 POP_{it} + D_4 RegiãoPIB_{it} + D_5 Class_{it} + \varepsilon \quad \textit{(Equação 1)}$$

H_2: Municípios que recebem maiores transferências possuem um desenvolvimento maior.

$$IFDM_{it} = \beta_0 + \beta_1 RECT_{it} + \beta_2 PIB_{it} + D_3 POP_{it} + D_4 RegiãoPIB_{it} + D_5 Class_{it} + \varepsilon \quad \textit{(Equação 2)}$$

Em que:

- IFDM é o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.
- IAP é o Indicador de Arrecadação Própria, formulado como a razão entre a receita própria pela receita total.
- RECT é a receita de transferência incondicional recebida pelo município, sendo composta pela Cota-parte do ICMS é o FPM – Fundo de participação municipal.
- PIB é o Produto Interno Bruto da municipalidade.
- POP é a divisão da população em sete estratos.
- Região é a unidade da federação na qual o município se encontra.
- Class é a classificação se o município é capital do estado ou está em uma área metropolitana.

4. Resultados

Constata-se uma correlação entre as variáveis de receita própria *per capita* e Indicador de Arrecadação Própria. Esse resultado é esperado, uma vez que o indicador contempla o uso da receita própria municipal.

Tabela 1- Correlação entre as variáveis independentes escalonadas

	IFDMTot	RECP	RECT	IAP	PIB
IFDMTot	1				
RECP	0,409***	1			
RECT	0,291***	0,190***	1		
IAP	0,458***	0,734***	-0,209***	1	
PIB	0,424***	0,488***	0,391***	0,286***	1

Notas: * p<0.10, **p<0.05, *** p<0.01 IFDMTot é o Índice de Desenvolvimento Firjan; RECT são as receitas incondicionais recebidas pelos municípios da união e estadas *per capita*; IAP é o indicador de arrecadação própria (Receita própria/receita total);; PIB é o Produto interno Bruto do município *per capita*;

Para analisar a existência de multicolinearidade do modelo foi utilizado o Fator de VariânciaInflacionada (*VarianceInflactionFactor* ou VIF), cujos valores para análise são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 - Análise de multicolinearidade das variáveis

Variáveis	VIF	1/VIF
RECT	2,68	0,372647
IAP	2,11	0,474686
PIB	1,59	0,630876
População IBGE		
5.000 10.000	2,23	0,448136
10.000 20.000	2,81	0,355884
20.000 50.000	3,01	0,332286
50.000 100.000	2,05	0,488525
100.000 500.000	2,21	0,451593
< 500.000	1,98	0,505191
Região		
Nordeste	3,54	0,2825
Norte	1,74	0,574939
Sudeste	3,45	0,290246
Sul	3,08	0,325147
Tipo Município		
Capital	1,67	0,597969
Metropolitana	1,11	0,900041
VIF Médio	**2,27**	

RECT são as receitas incondicionais recebidas pelos municípios da união e estadas per capita; IAP é o indicador de arrecadação própria (Receita própria/receita total; PIB é o Produto interno Bruto do município per capita; Faixa Populacional são sete estratificações da população municipal conforme métrica utilizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Região é em qual região do Brasil a cidade se encontra; Classificação é se o município é ou não capital do estado, se ele faz parte de uma região metropolitana ou não possui essas características.

Os resultados demonstram que não há nenhum valor superior à 4, indicando inexistência de problemas de multicolinearidade. Conforme se observa o maior valor de VIF foi de 3,45, obtido pela variável Região Sudeste.

A Tabela 3 apresenta os resultados das regressões para a análise da relação do desenvolvimento municipal com os indicadores de receita.

Tabela 3- Regressão para o Índice de Desenvolvimento Municipal

	(1)	(2)	(3)	(4)
Variáveis	IFDMTot	IFDMTot	IFDMTot	IFDMTot
Constante	0.502***	0.502***	0.531***	0.531***
	(485.2)	(234.2)	(233.4)	(233.6)
RECT	4.85e-05***	4.88e-05***	3.42e-05***	3.41e-05***
	(68.16)	(49.65)	(41.64)	(41.45)
IAP	0.598***	0.572***	0.329***	0.327***
	(104.9)	(83.94)	(55.01)	(54.43)
PIB	1.12e-06***	1.11e-06***	7.41e-07***	7.44e-07***
	(31.40)	(29.76)	(23.85)	(23.96)
5.000 10.000		0.00840***	0.0136***	0.0135***
		(4.671)	(9.119)	(9.055)
10.000 20.000		-0.00387**	0.0197***	0.0197***
		(-2.044)	(12.42)	(12.39)
20.000 50.000		-0.00716***	0.0309***	0.0309***
		(-3.405)	(17.40)	(17.38)
50.000 100.000		0.0197***	0.0680***	0.0679***
		(7.058)	(28.86)	(28.74)
100.000 500.000		0.0326***	0.0822***	0.0803***
		(10.00)	(29.99)	(28.85)
> 500.000		-0.0273***	0.0727***	0.0482***
		(-4.259)	(13.53)	(7.426)
Nordeste			-0.0881***	-0.0883***
			(-51.20)	(-51.31)
Norte			-0.101***	-0.102***
			(-45.64)	(-46.00)
Sudeste			0.0324***	0.0327***
			(20.10)	(20.31)
Sul			0.0463***	0.0464***
			(27.86)	(27.91)
Capital				0.0471***
				(6.718)
Metropolitana				0.00255
				(1.453)

Observations	35,570	35,570	35,570	35,570
R-squared	0.388	0.395	0.586	0.586
r2	0.388	0.395	0.586	0.586
r2_a	0.388	0.395	0.585	0.586
F	5633	2321	3589	3147

Nota: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. RECT são as receitas incondicionais recebidas pelos municípios da união e estadas per capita; IAP é o indicador de arrecadação própria (Receita própria/receita total); IEF é o esforço arrecadatório do município (ISS/Cota-parte ICMS); PIB é o Produto interno Bruto do município per capita; Faixa Populacional são sete estratificações da população municipal conforme métrica utilizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Região é em qual região do Brasil a cidade se encontra; Classificação é se o município é ou não capital do estado, se ele faz parte de uma região metropolitana ou não possui essas características.

Conforme as teorias tradicionais do federalismo fiscal, as transferências intergovernamentais devem ser utilizadas para reduzir as desigualdades socioeconômicas.

Embora apresente uma relação positiva entre as receitas de transferências e o índice de desenvolvimento municipal, percebe-se que o valor não é muito significativo, questionando os critérios de rateio tanto por parte da União como dos estados em que não favorecem, preferencialmente, os municípios menos desenvolvidos.

Dessa forma, conforme demonstrado na tabela 3 indica-se a importância da arrecadação própria na composição da receita municipal para um melhor desenvolvimento local.

Observa-se que a variável IAP (Indicador de Arrecadação Própria) apresentou uma forte relação positiva com o Índice de Desenvolvimento Municipal.

Destaca-se ainda, municípios com população entre 100.000 e 500.000 habitantes possuem uma tendência positiva de desenvolvimento em relação aos municípios de populações menores.

Os municípios localizados nos estados do Sul e Sudeste também apresentaram uma relação positiva com o IFDM, evidenciando as diferenças regionais e a concentração da atividade econômica na parte austral do país.

Observa-se, ainda, que caso o município seja a capital do estado, esse apresenta uma relação positiva em termos de qualidade de vida do que as demais cidades da federação.

Nesse sentido, os resultados confirmam a existência de disparidades de desenvolvimento econômico no Brasil em que as cidades mais populosas dos principais centros urbanos detêm melhores índices de desenvolvimento.

5. Considerações Finais

Em um regime federalista em que existem diversas unidades subnacionais autônomas, é necessário que elas possuam recursos para fornecer bens e serviços a sua população. Esse artigo instigou os efeitos da composição das finanças no desenvolvimento municipal brasileiro.

Conforme observado, houve um crescimento significativo tanto das receitas próprias quanto das transferências durante o período de estudo, 2006 a 2013.

Dessa forma, foram observados os impactos da arrecadação própria, das transferências.

Com relação às receitas próprias, ficou destacada a importância para unidade subnacional em que, conforme o estudo apresentou uma forte relaçãocom o desenvolvimento municipal. O que corrobora com a teoria da federação, em que o ente com mais autonomia financeira atinge melhores índices de desenvolvimento.

Quantoàs transferências recebidas ficou evidenciado que, apesar destas possuírem uma relação positiva com o IFDM, seus resultados foram aquém do esperado.

Ou seja, o modelo de transferência realizado não produz de forma adequada os resultados necessários para compensar as necessidades de forma eficiente os municípios brasileiros. O que leva a acreditar que os critérios de distribuição poderiam ser revistos a fim de melhorar a distribuição respeitando as diferenças de um país com dimensões continentais.

Observou-se também uma grande variação entre os índices de desenvolvimentos dos municípios brasileiros, o que confirma a existência de disparidades socioeconômicas.

Referências

AFONSO, José R. R.; ARAUJO, Erika A. **A capacidade de gastos dos municípios brasileiros: arrecadação própria e receita disponível.** In: NEVES, Gleisi H. et al. Os municípios e as eleições de 2000. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

ARÉVALO, Jorge L.; MENDOZA, Baltazar M. **Federalismo fiscal. Chiapas y Nuevo León: un análisis comparativo.** Economía Unam, v. 12, n. 34, p. 106-123, 2015.

BASILIO, Paulo Cezar. **Município: autonomia, orçamento e repartição de competências federativas.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3569, 9abr.2013. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/24154>. Acesso em: 2 mar. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: SenadoFederal, 1988.

BRASIL. Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.**Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1 jan. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 jun. 2017

BROSE, M. **Descentralização e good government: como aperfeiçoar o desempenho dos governos locais?** Revista do Serviço Público, v. 53, n. 3, p. 95–138, 2014.

CAETANO, Cleyde Cristina Rodrigues; AVILA, Lucimar Antônio Cabral deTAVARES, Marcelo. **A relação entre as transferências governamentais, a arrecadação tributária própria e o índice de educação dos municípios do estado de Minas Gerais.** Rev. Adm. Pública [online]. 2017.

COMPARA Brasil. Disponível em: <http://www.comparabrasil.com.br>. Acesso em: 2 jan. 2017.

COSSÍO, F. A. B. **Disparidades econômicas inter-regionais, capacidade de obtenção de recursos tributários, esforço fiscal e gasto público no federalismo brasileiro.** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 1998.

COSSIO, F. A. B. **Comportamento fiscal dos governos estaduais brasileiros: determinantes políticos e efeitos sobre o bem-estar dos seus estados.** Brasília, Editora da UnB, 63 p. Finanças Públicas – V Prêmio do Tesouro Nacional, 2000.

COSSIO, F. A. B. **Ensaios sobre federalismo fiscal no Brasil.** PUC-Rio, 2002. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3712/3712_1.PDF>.Acesso em 20 jun. 2017.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.firjan.com.br>. Acesso em: 2 jan. 2017.

FREGA, Jose Roberto. **A Teoria da Agência: uma visão crítica de sua aplicabilidade ao poder público.** In: Anais do XVII Congresso Latino-Americano de estratégia. Itapema, 2004.

MASSARDI, Wellington de Oliveira; ABRANTES,Luiz Antonio **Esforço Fiscal, Dependência do FPM e Desenvolvimento socioeconômico: Um Estudo Aplicado aos Municípios de Minas Gerais.** REGE, São Paulo – SP, Brasil, v. 22, n. 3, p. 295-313, jul./set. 2015.

MASSARDI, Wellington de Oliveira. **Esforço fiscal e desempenho socioeconômico dos municípios mineiros**– dissertação de mestrado–Viçosa: UFV, 2014.

MENDES, M., MIRANDA, R. B. de, COSSIO, F. **Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma,** Consultoria Legislativa do Senado Federal, - texto para Discussão 40 -, Abril. 2008.

NAZARETH, M. S.; LÍRIO, V. S. **Federalismo fiscal de segunda geração: fundamentos teóricos e proposição política.** Perspectiva Econômica, v. 12, n. 1. doi: 10.4013/pe.2016.121.02, 2016.

NAZARETH, P**. Mudanças recentes nos padrões de financiamento dos gastos municipais no Brasil – o caso dos municípios do Estado do Rio de Janeiro.**Apresentado no "X Congresso Internacional del CLAD", Santiago do Chile, out. 2007.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de Direito Financeiro.** 2. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

OLIVEIRA, M. A. de. **Transferências federais e equilíbrio federativo: um estudo da evolução dos estados e df brasileiros no período de 2007-2014**. (2016).

ORAIR, R. O.; ALENCAR, A. A. **Esforço fiscal dos municípios: indicadores de condicionalidades para o sistema de transferências intergovernamentais.** Monografia premiada do Tesouro Nacional, Brasília, 2010.

PACHECO, M. J. J.**Emendas constitucionais e descentralização fiscal: evolução e interferências na autonomia financeira dos municípios.**2015. Disponível em: <://www.locus.ufv.br/handle/123456789/7582>. Acesso em: 21 jun. 2017.

REZENDE, F. **Desafios do Federalismo Fiscal.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

REZENDE, Aline Martins Ribeiro Tavares, Ricardo CARNEIRO; João Victor Silveira REZENDE **Federalismo fiscal e crise das finanças públicas no Brasil: umaanálise de indicadores fiscais nos estados de 2007 a 2012.**EnANPAD, 2014.

SANTOS, Angela M. S. P. **Reforma do Estado, descentralização e autonomiafinanceira dos municípios.**Revista de Administração Mackenzie, v.2, p. 155-176, 2003.

Suzart, J. A. da S., Zuccolotto, R., & Rocha, D. G. da. **Federalismo fiscal e as transferências intergovernamentais: um estudo exploratório com os municípios brasileiros.***Advances in Scientific and Applied Accounting*, *11*(1), 127–145.

https://doi.org/10.14392/ASAA.2018111127-145 (2018).

WEINGAST, B.R. **Second generation fiscal federalism: The implications of fiscal incentives.** Journal of Urban Economics, 65(3):279-293., 2009.

WEINGAST, B.R. **Second generation fiscal federalism: Political aspects of decentralization and economic development.** World Development, 53:14-25., 2014.